

# CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula teme indícios de participação do filho no caso INSS

## Governo e oposição comemoram início do recesso

O início do recesso parlamentar e as festas de fim de ano representaram um alívio para quase todo mundo do universo da política.

Depois de tantas surpresas em dezembro — lançamento da pré-candidatura de Flávio Bolsonaro à Presidência, operação policial contra dois importantes deputados do PL —, a direita e o Centrão torcem para que as férias ajudem a esfriar a tensão.

Já o Palácio do Planalto tem outro motivo para comemorar a interrupção, até início de fevereiro, dos trabalhos do Congresso. Isso dá tempo para abaixar a fervura do suposto envolvimento de Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente, com a máfia do INSS.

### Pressão na CPI

Notícias sobre a eventual ligação de Lulinha com um dos grupos que lesavam aposentados e pensionistas fortaleceram a oposição na CPI do INSS, que passou a forçar a possibilidade de convocação do filho do presidente. Até agora, a bancada governista conseguiu barrar a ida de Fábio e de José Ferreira da Silva, o Frei Chico, irmão de Lula. Mas a pressão da opinião pública poderia, pelo menos, gerar desgastes capazes de arranhar o presidente.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Sóstenes Cavalcante foi alvo de operação da PF

### Ação da Polícia Federal

Deflagrada no dia seguinte da divulgação de documentos que envolveriam Lulinha, a operação da Polícia Federal contra o líder do PL, Sóstenes Cavalcante, e Carlos Jordy (ambos do RJ) deu um fôlego ao governo, mas ainda há muita apreensão.

O Congresso ficará parado, mas as investigações da PF vão continuar. O governo confiava que o caráter democrático das fraudes — ocorridas também no mandato de Jair Bolsonaro — diminuiria os danos, mas a eventual entrada de Lulinha no jogo desequilibra a balança.

### A lista do PL

O maior problema do PL também tem a ver com investigações da PF: Sóstenes e Jordy engrossaram a lista de parlamentares do partido suspeitos de irregularidades com dinheiro público. Josimar Maranhãozinho e Pastor Gil (ambos do Maranhão) e o suplente Bosco Costa (SE) estão para ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal, acusados de desvio de emendas parlamentares.

### A fila anda 1

Em dezembro, três deputados do partido perderam seus mandatos: Alexandre Ramagem (RJ), Eduardo Bolsonaro e Carla Zambelli (os dois, de SP). Os três estão no exterior. Ainda há os que correm o risco de serem denunciados no interminável inquérito das fake news, conduzido por Alexandre de Moraes.

### A fila anda 2

A operação da PF, a imagem dos R\$ 430 mil apreendidos na casa de Sóstenes e as explicações pouco detalhadas sobre a origem do dinheiro atrapalham o projeto de permanência do deputado na liderança do PL. No fim de semana, já se discutia a eleição de outro líder em fevereiro, até para poupar o partido.

### Bola pro lado

A suspeita de fraude no uso da parlamentar complicou também a possibilidade de candidatura de Sóstenes ao Senado — opção que chegou a ser defendida por Jair Bolsonaro. O mais provável é que ele, pastor da igreja de Silas Malafaia, tente a reeleição para a Câmara, algo menos arriscado.

### Donos das vagas

A pré-candidatura de Flávio à Presidência e a operação contra Sóstenes praticamente garantiram ao senador Carlos Portinho (PL-RJ) o direito de disputar a reeleição para o Senado (ele é suplente de Arolde de Oliveira, que morreu em 2020). A outra vaga do PL ficará, em tese, com o governador do Rio, Cláudio Castro.

### Veto ao veto

Não vai ser fácil para o governo manter o anunciado veto de Lula ao projeto que reduz penas e facilita a progressão de regime de condenados por tentativa de golpe. Para derrubar o não do presidente são necessários 257 votos na Câmara e 41 no Senado. A proposta passou, com respectivamente, 291 e 48 votos.

### Estilo de jogo

Ou seja, para manter seu futuro veto, Lula precisaria mudar o voto de oito senadores ou de 35 deputados. E nenhum dos que votaram contra ou se abstiveram poderia ficar a favor da proposta. A conferir se o governo vai entrar duro ou se manterá o jogo de compadres registrado na tramitação do projeto.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Gaspar: nova tentativa de ouvir filho do presidente na CPMI

# CPMI do INSS de novo na mira do filho de Lula

## Relator faz novo pedido para convocar “Lulinha”

Por Gabriela Gallo

Em meio aos novos desdobramentos do esquema de desvio ilegal de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga o caso, deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil-AL), protocolou na manhã de sexta-feira (19) requerimentos que convocam nomes vinculados ao governo para depor na comissão.

Dentre eles, Gaspar solicita novamente a convocação de Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conhecido como Lulinha. O pedido deve ser avaliado no retorno das atividades legislativas, agendadas para 2 de fevereiro.

Além de Lulinha, Gaspar também encaminhou um requerimento solicitando os depoimentos do senador Weverton Rocha (PDT-MA); do ex-secretário-executivo do Ministério da Previdência Social Adroaldo da Cunha Portal; do assessor do ex-ministro das Comunicações Juscelino Filho, Gustavo Marques Gaspar; da empresária Roberta Luchsinger, apontada como amiga de Lulinha; e da ex-publicitária do Partido dos Trabalhadores (PT) Danielle Fonteles.

“Todos esses nomes apareceram, em algum momento, ao longo dos trabalhos da CPMI e

são peças importantes para esclarecer o maior esquema de fraudes já cometido contra aposentados e pensionistas. Não foi um crime isolado, foi uma engrenagem criminosa com influência política e blindagem institucional. Seguiremos em busca da verdade e por justiça pelas vítimas desse crime bilionário”, escreveu Gaspar em suas redes sociais.

### Entenda

Os nomes viraram alvo da comissão da CPMI após a divulgação de informações da segunda fase da Operação Sem Desconto, deflagrada na última quinta-feira (18) pela Polícia Federal (PF) juntamente com a Controladoria-Geral da União (CGU).

Os mandados de busca a apreensão e mandatos de prisão foram acatados pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça. Na operação, os agentes prenderam preventivamente, em regime domiciliar, o então número 2 do Ministério da Previdência.

No mesmo dia, o ministro da Previdência, Wolney Queiroz, determinou a exoneração de Adroaldo.

O filho do presidente da República voltou aos holofotes da situação após o relatório da PF apontar Roberta Luchsinger, apontada como amiga de Lulinha, como uma das pessoas supostamente envolvidas no esquema.